

Figueiredo, Lucas. Lugar nenhum. Militares e civis na ocultação dos Documentos da Ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Danillo Avellar Bragança¹

O novo livro do jornalista Lucas Figueiredo, *Lugar Nenhum. Militares e Civis na ocultação dos documentos da ditadura* é mais um petardo contra o status privilegiado de autonomia que ainda gozam as Forças Armadas no Brasil, sobretudo no que se refere ao tema dos arquivos da ditadura. O Brasil é, como o próprio autor diz, o país com o maior número de documentos disponibilizados na região sobre este período, mas os arquivos mais importantes em posse das armas ainda estão longe do alcance público.

Existem condições específicas no Brasil, que não se repetem em outros países. Estas condições garantem um grau acentuado de autonomia das Forças Armadas por aqui. A repetição no termo “autonomia” é proposital, e representa boa parte deste quadro. Enquanto noutros países, Exército, Marinha e Aeronáutica podem até gozar de bastante popularidade, como no Chile, ou de quase nenhuma, como na Argentina ou no Uruguai, no Brasil, há uma relação esdrúxula entre a sociedade civil, o Estado e as Forças.

Esta relação é descrita em pormenores por Figueiredo, quase como um resultado já esperado de uma longa pesquisa e que, felizmente ou infelizmente, se confirma. Não se trata um pano de fundo. É o fio que conduz a pesquisa e que leva a conclusões já conhecidas em outros textos do autor, como o excelente *Ministério do Silêncio* (2005).

Esta conclusão é aterradora, mas sugere interpretações diversas. Ao rastrear todo o processo de tentativa de abertura dos arquivos da ditadura militar, Figueiredo refaz a história do país na chamada Nova República, contando que, afinal, a autonomia das Forças Armadas em relação à soberania destes

¹ Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Pesquisador do Núcleo de Análise de Conjuntura (NAC) da Escola de Guerra Naval (Marinha do Brasil).

documentos permanece, mas o poder civil legítimo compactua com esta condição, como num pacto entre as duas esferas para que as coisas mantenham seu *status*.

Um total de treze arquivos ainda mantém documentação farta, mas oculta, sobre o período militar. Cada força mantém um arquivo, ligado aos centros de inteligência que operavam sob a tutela do Serviço Nacional de Informação (SNI). O Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) eram o *core* do aparelho de informações das Forças, que contavam também com os Destacamentos de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI).

O volume de documentos nestes arquivos é incerto, mas representariam não só um salto quantitativo, mas qualitativo, na montagem do quebra-cabeça que muitas famílias ainda precisam construir para entender suas memórias e de parentes desaparecidos. O exemplo conduzido por Figueiredo é o da Marinha, que contava com tecnologia de ponta no processo de armazenamento de informações entre as Forças, certamente o maior entre as três, na conhecida Base Naval da Ilha das Flores. Trabalhos em geral sobre o papel da Marinha durante o regime são raros, mas estão em número cada vez maior, não tanto como no caso do Exército, mas nem tão pouco quanto no caso da Força Aérea.

A Ilha das Flores contava com um número bastante extenso de relatórios e arquivos sobre indivíduos e grupos considerados subversivos – ainda que este não fosse um pré-requisito para ter uma pasta no arquivo. Durante o processo de abertura, muito se tentou alcançar dentro destes arquivos, sempre contando com a imprecisão das leis de informação, com negativas vindas dos comandos das armas, mas também contando com a leniência ou movimentação explícita dos ministros civis em manter intocáveis estes documentos.

Figueiredo trabalha nas brechas. Compara as várias listas concedidas por autoridades, sobretudo da Marinha, e encontra irregularidades e imprecisões, que revelam que estes documentos não foram descartados, como alegam os militares. Esta é uma situação grave, como reporta o autor, dando conta do baixo retorno que a sociedade civil tem quando requisita estes documentos, mesmo amparada na lei.

Trabalha também nas brechas do poder civil. O governo José Sarney (1985-1990), escolhido indiretamente e chancelado pelo General Leônidas Pires Gonçalves, deu origem ao pacto que garante a estes documentos seu difícil acesso. A figura de Tancredo Neves, falecido dois dias após a sua nomeação, já representava oficialmente este pacto. Entre os nomes presentes na política nacional em 1984, Paulo Maluf e Leonel Brizola pareciam ter menos propensão a compactuar com as recusas das Forças Armadas.

Quando da abertura iminente do regime, o SNI conduzira uma enorme operação, chamada “Operação Limpeza”, que tinha como objetivo recolher os vestígios do monitoramento que o Serviço mantinha em todos os ministérios. A chapa Tancredo-Sarney parecia a menos preocupada em criar obstáculos neste movimento, sobretudo na figura do vice-presidente, ligado desde sempre ao partido dos militares.

Durante todo o governo Sarney fez-se vista grossa para a sistemática ocultação destes documentos. O SNI permanecia, como cita Figueiredo, como peça central na condução política do país, inclusive mantendo suas atividades. Somente o governo Fernando Collor (1990-1992), por rixa pessoal, desmobiliza o Serviço, dando-lhe outra nomenclatura. Fica evidente que Collor não o fez por interesse na publicação destes documentos, sequer estava interessado nisso, ao que fica pela primeira impressão. Seu interesse era controlar o monstro incontrolável sob o ponto de vista do controle institucional que o SNI se tornara, sendo este um dos motivos para a transição para o regime democrático, com alega Figueiredo, além de outros autores.

Os primeiros governos diretamente eleitos a completarem seus mandatos tinham funções diferentes nesta relação. Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), Lula da Silva (2002-2010) e Dilma Rousseff (2010-2016) tinham ligação histórica direta com o regime militar e com o aparelho de informações montado pelo SNI. Cada um a seu jeito, os três representavam um horizonte melhor de possibilidades. Permaneceu, no entanto, a solução prussiana da conciliação dos traumas da sociedade brasileira, quer dizer, aquela que vem de cima para baixo, desconsiderando a participação popular e mantendo as relações de poder praticamente intactas.

Isto representa duas coisas: a permanência do lobby militar enquanto força considerável dentro da sociedade civil e do Estado brasileiro e o pacto dos

governos em aderir em maior ou menor escala à via prussiana. A construção do novo desenho institucional das relações civis-militares no Brasil que emerge no fim da década de 1990 com a fundação do Ministério da Defesa sequer é suficiente para quebrar esta relação.

Fernando Henrique Cardoso é um dos intelectuais exilados a partir de 1968 e do quinto Ato Institucional (AI-5). A implantação do Ministério da Defesa é obra sua, mas a nomeação de Waldir Pires e depois de Nelson Jobim para a pasta também, algo que é repetido por Lula da Silva. Nelson Jobim agiu em defesa das Forças Armadas, podendo ser apontado como intermediário difícil entre a implantação das leis de informação e a publicação dos arquivos.

Lula inclusive evitou rota de choque com os militares muitas vezes, sempre mediado por Jobim. Quando interpelado judicialmente, recuou. Mesmo tendo criado o Centro de Memória sobre a Repressão Política no Brasil e o decreto que mandava recolher ao Arquivo Nacional os documentos do extinto Conselho de Segurança Nacional (CSN), Figueiredo alega que o salto dado com estes processos foi puramente quantitativo, já que em si não representavam peças importantes na formação do quebra-cabeças.

Lula deixa uma situação de relativa tranquilidade nas relações civis-militares para sua sucessora, Dilma Rousseff. Se Lula foi diretamente monitorado pelo SNI, Dilma foi parte da luta armada, presa, julgada e torturada pelo regime. Mesmo da instauração da Comissão Nacional da Verdade (CNV), aponta Figueiredo, os avanços poderiam ter sido maiores. A dificuldade de acesso permaneceu, assim como as negativas de Marinha, Exército e Aeronáutica.

A publicação de documentos sigilosos pelo repórter Leonel Rocha, repórter da Revista Época naquele momento, com dezenas de microfilmes e arquivos sigilosos acabara por confirmar a indicação de que os documentos não foram eliminados, como afirmavam os comandantes das Forças. A CNV ganhara fôlego, mas os documentos acabaram por não ser integrados ao relatório final, o que gerou insatisfação entre alguns de seus comissários, e certamente bastante desapontamento nas muitas famílias que ainda requerem sua memória, presente em muitos destes arquivos.

Há provas cabais de que estes documentos não foram eliminados, aponta Figueiredo, demonstrando cada afirmação. *Lugar nenhum* é um livro potente.

Consolidado o golpe de 2016, entretanto, sua potência diminuiu. Há duas considerações a serem feitas sobre o processo de ruptura institucional que se instaurou no país.

O atual governo Temer, ilegítimo e de orientação conservadora não deve promover mudanças estruturais na publicação da documentação ainda existente, e isto é um padrão já conhecido, pelos dois presidentes anteriores que o PMDB colocou, indiretamente, no poder. Segundo, a participação das Forças Armadas parecem ter sido menores neste processo, mas a estrutura de controle civil montada por Temer é absolutamente fraca, como no caso do ministro da Defesa Raul Jungmann, ou é representação da caserna, como a nomeação do General Sérgio Etchegoyen para o Gabinete de Segurança Institucional, cuja dinastia esteve sempre associada ao aparelho repressivo, desde o Estado Novo até a Casa da Morte, como aponta o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade.

Referência bibliográfica

FIGUEIREDO, L. *Ministério do silêncio: história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís à Lula (1927-2005)*. São Paulo: Record, 2005.